

Atividade editorial no Brasil: primórdios da produção tipográfica e circulação de impressos no país

Juliana Godin;
Sérgio Antônio Silva

resumo:

Ao completar pouco mais de dois séculos em que se autorizou, definitivamente, a implantação da primeira tipografia no Brasil, este artigo traz um resgate histórico dos caminhos permeados pelas primeiras casas tipográficas e livrarias, da Colônia ao final do século XIX. A investigação se baseia em pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é compreender processos e rupturas que possibilitaram, enfim, a consolidação da atividade editorial no Brasil. A tentativa de inserção de impressos na Colônia Portuguesa, especialmente livros, carrega forte carga política, econômica e social. Privilégio de poucos por mais 300 anos, a Coroa se preocupava com a disseminação de textos contrários à ordem vigente, instituindo rigoroso controle através da Censura Prévia. A proliferação de periódicos manuscritos tornou-se a estratégia encontrada, cuja disseminação dos textos preocupava autoridades de todos os níveis. Os títulos impressos aos quais se tinham acesso eram importados de outros países e, grande parte, contrabandeados. O estudo nos permite concluir que os processos de publicação no Brasil estiveram atrelados a interesses variados, condicionantes históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas. Os primórdios do percurso editorial brasileiro compõem um retrato multifacetado dos desafios que a atividade editorial enfrentou para se estabelecer.

palavras-chave:

Atividade editorial no Brasil; Tipografia no Brasil; Imprensa Régia.

1 INTRODUÇÃO

A história do livro, da tipografia, da comunicação e do design se entrecruzam em diversos momentos ao longo da linha do tempo. Área de estudo vinculada à Memória Gráfica, a Cultura Impressa (ou Cultura da Impressão) está diretamente ligada ao advento da impressão de livros com tipos móveis, a partir do século XV (ONG, 1982, p. 42).

Embora nossa sociedade atualmente se encontre na Era da Informação¹, com tecnologias cada vez mais velozes, o acesso a livros e outros materiais impressos no Brasil, então na colônia portuguesa, fora privilégio de poucos por mais 300 anos.

Na Europa Renascentista, o fervilhar de publicações já proporcionava agilidade na difusão do discurso verbal, com um impacto sociocultural tamanho, que se estendeu à regularização e fixação das línguas (MCLUHAN, 1977). Por outro lado, a atividade editorial no Brasil esteve sujeita a percalços que impediram o avanço cultural e intelectual das pessoas que aqui habitavam. Os títulos aos quais se tinham acesso eram importados de outros países, e grande parte contrabandeados.

Este artigo busca resgatar o itinerário trilhado pelo processo de inserção de impressos no em nosso país, especialmente livros. Antes de se estudar a respeito da atividade editorial no Brasil² nos dias atuais, é importante que se entendam os caminhos percorridos por nossos antepassados, a fim de que respondamos à seguinte pergunta: “Quais foram os antecedentes diretos, processos e rupturas que permearam a atividade editorial em nosso país?”

Embora a institucionalização do Design na América Latina tenha como marco a década de 1950, a identificação de raízes, marcos históricos e de pioneiros é caminho para de legitimação de um campo profissional em processo de formação. A escolha do *corpus* da pesquisa é guiada pela concepção de Farias & Braga (2015), ao afirmarem que a Memória Gráfica constitui estratégia, e principal referência, para se chegar à História do Design.

2 Atividade editorial no Brasil Colônia e a dominação cultural

O processo histórico da trajetória de publicação de livros impressos no Brasil é permeado por uma série de ideologias e comportamentos marcados por fatores sociais, políticos e econômicos, que começam antes da chegada dos portugueses ao “Novo Mundo”. Ideologias essas que caminham paralelamente à atmosfera de aculturação e conversão de nativos, que, segundo Saviani (2010), eram considerados pelos colonizadores como “ignorantes” e “ingênuos”.

Ainda no século XVI, na Europa, o uso da tecnologia da prensa móvel já permitia que livros fossem reproduzidos de forma mais rápida, tornando-os acessíveis por meio de bibliotecas, ao passo que, na colônia portuguesa e espanhola, a tipografia seria implantada tardiamente, a fim de atender principalmente às necessidades do Clero e das Missões, especialmente onde havia forte cultura primitiva a qual o poder colonial desejava suplantou ou reprimir³ (SODRÉ, 1998).

Semeraro & Ayrosa (1979) registram que, entre os anos 1533 e 1707, México, Peru, Bolívia, Estados Unidos, Argentina e Cuba já dispunham de mecanismos de impressão, ao passo que o Brasil, embora considerado como mais importante colônia de Portugal, constituía-se mero produtor daquilo

¹ TOFFLER (1991); FLUSSER (1999).

² Tal proposta está inserida em projeto maior, em andamento, que busca, dentre outros objetivos, fazer um levantamento da trajetória do Design de Livros no Brasil.

³ O modelo pedagógico implantado pelos Jesuítas (iniciado no ano de 1549) era herança dos costumes medievais, caracterizado por intensa espiritualidade e grande interesse pelo conhecimento alcançado através da “Revelação Divina”. Utilizada pela metrópole como instrumento de dominação, a catequização dos nativos configurou, segundo Saviani (2010), em um processo de depreciação da cultura local.

que era conveniente e rendoso à metrópole, e assim sendo, não era interessante qualquer elemento que suscitasse uma liberdade de pensamento. A dominação cultural de Portugal sobre os nativos tinha como objetivo destruir ideologicamente poderosos povos aqui existentes (SEMERARO, 1979).

Por outro lado, de acordo com Hallewell (1985), nas colônias dominadas pelos espanhóis, prelos haviam sido instalados na Cidade do México na década de 1530, em Lima em 1583 e em Manila, em 1593. “Em todos esses casos, a iniciativa foi religiosa, e não comercial. Passariam longos anos antes que as populações europeias e europeizadas das novas colônias atingissem volume suficiente para criação de mercados urbanos que pudessem sustentar a edição local como proposta de negócio” (p. 61).

Para Sodré (1998), Portugal considerava os povos indígenas brasileiros com pouco grau de civilização, entendendo que não havia necessidade de “tanta sofisticação” no processo de aculturação. Bastava que os missionários fizessem seu papel através de ensinamentos orais.

Na contramão da colônia portuguesa, há registros⁴ de tentativas de introdução de tipografias no Brasil pelos holandeses, no nordeste brasileiro. Uma carta de 28 de fevereiro de 1642, do Supremo Conselho (holandês) do Brasil, aos responsáveis pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, solicitava o envio de uma impressora para que as ordens oficiais recebessem “maior consideração” e para que o Conselho fosse poupado das cópias manuais exaustivas (HALLEWELL, 1985; CARVALHO, 1908): “Lutamos como grandes dificuldades para executar as múltiplas cópias de editais e ordenações, serviço para o qual somos constantemente obrigados a distrair muitos empregados, com prejuízo das suas funções ordinárias” (CARVALHO, 1908, p. 19).

Em atendimento às solicitações, em 14 de julho do mesmo ano, o Conselho dos XIX enviou Pieter Janszonon, tipógrafo que seria encarregado dos trabalhos no Recife, e “não se mostrou avesso a ideias de aí introduzir a sua arte, mediante certas condições” (CARVALHO, 1908, p. 19). Janszonon, todavia, veio a falecer logo que chegou ao Brasil. Durante dois anos subsequentes, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais continuou à procura de um tipógrafo, sem sucesso⁵.

Carvalho (1908) registra que Maurício de Nassau, governador da colônia holandesa no Recife, prosseguiu com pedidos de envio de um tipógrafo, obtendo a seguinte resposta do Conselho Holandês: “Continuamos a procurar um tipógrafo que queira seguir para aí; mas, até agora, nenhum se apresentou” (p. 20).

Martins (1957), Rizzini (1988) e Romancini (2004) indicam que, no início do século XVIII, houve uma pequena oficina instalada no Recife que imprimia letras de câmbio e orações, suprimida por carta régia de 8 de junho de 1706, com ordens para que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos. Desconhece-se o nome do tipógrafo; apenas sobrevieram, em meio a todo material confiscado, alguns sermões e letras de câmbio.

Na cidade do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, enviado ao Brasil para ser governador dessa Capitania, acumulava sob seu comando, em 1748, também os territórios de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e sul do Brasil. A ele se deve o estabelecimento de uma oficina tipográfica, tendo como tipógrafo responsável Antônio Isidoro da Fonseca (HALLEWELL, 1985). Profissional reconhecido em Lisboa, Isidoro viera para a colônia a fim de se afastar de problemas com a inquisição⁶, entretanto a iniciativa desagradou ao governo da metrópole, que temia a perda do controle sobre o que seria publicado e, em pouco tempo, a Corte Portuguesa deu ordens para que o local fosse fechado e a impressora confiscada e destruída (Ordem Régia⁷, Lisboa, 6 de julho de 1747).

⁴ TAUNAY, Afonso d’Escragnolle, 1936. In: Hallewell, 1985, p. 13

⁵ Durante o governo de Francisco de Castro Morais, um comerciante desconhecido montou uma pequena prensa e imprimiu alguns sermões e letras de câmbio. Nada sobrou da produção dessa tipografia. Há notícia da iniciativa graças a uma Carta Real de 8 de junho de 1706 proibindo e confiscando o material impresso.

⁶ Antônio Isidoro da Fonseca foi editor da obra “O Judeu”, de Antônio José da Silva, posteriormente queimada em um dos últimos Autos da Fé (HALLEWELL, 1985).

⁷ HALLEWELL (1985), LAJOLO e ZILBERMAN (1999) e MORAES (1979).

Isidoro foi extraditado para Portugal, e após três anos solicitou novamente licença real para instalação de sua oficina tipográfica no Rio de Janeiro ou em Salvador, com o pré-requisito de jamais imprimir sem as devidas licenças civis e eclesiásticas, entretanto sua solicitação foi indeferida⁸. Com essa proibição, todos os originais brasileiros do período passaram a ser impressos na Europa, a exemplo das poesias de Cláudio Manuel da Costa, trabalhos de Tomás Antônio Gonzaga, José de Santa Rita Durão e José Basílio da Gama.

A primeira impressão de livro no Brasil, que se tem registro, aconteceu na província de Vila Rica, Minas Gerais, em 1807. O então governador Athayde de Mello, futuro Conde de Condeixa, ao receber um poema feito em sua homenagem por Diogo Pereira de Vasconcelos, desejou vê-lo impresso. Tal impressão foi feita pelo padre José Joaquim Viegas de Menezes, utilizando equipamentos pertencentes à Casa da Moeda. A técnica empregada foi calcografia⁹, a qual Viegas dominava com maestria (PEREIRA, 2009).

É importante ressaltar que Portugal dispunha de impressora com tipos móveis desde 1487. Holanda (1989) corrobora com Sodré (1998) ao proporem que o interesse da Metrópole era que a então Colônia permanecesse na ignorância, favorecendo-se assim o processo de dominação. “A ignorância, realmente, constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros, indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação¹⁰” (SODRÉ, 1998, p. 18)

Os anos 1700 a 1800 foram marcados pela mudança de mais de meio milhão de pessoas advindas de Portugal. A população da colônia, estimada em cerca de 300 mil habitantes na última década do século XVII, saltou para mais de 3 milhões no início do século XIX. Na cidade de São Paulo de 1818, já no governo de D. João VI, apenas 2,5% dos homens livres em idade escolar eram alfabetizados, e os livros aos quais se tinham acesso concentravam-se em apenas duas livrarias¹¹ no Rio de Janeiro, no final do século XVIII, com títulos essencialmente nas áreas de medicina ou religião, sendo que a maior parte era fruto de contrabando.

Como alternativa para driblar a censura imposta pela metrópole, Barbosa (2017) traz à tona uma prática comum, que consistia na reprodução de ideias em forma de jornais manuscritos:

Esses jornais e papéis de diversas naturezas, incendiários e flamejantes, formaram a ordem comunicacional manuscrita. Em alguns momentos, foram decisivos. Quando havia necessidade de conclamar um público mais vasto e de incendiar o espaço público, recorria-se seguidamente a eles, que eram lidos em lugares de grande ajuntamento de pessoas (casas comerciais, praças, muros e fachadas comerciais da cidade, na porta dos próprios jornais etc.). Foram feitos para serem lidos de forma partilhada, convidando naturalmente também às partilhas de opiniões, de desejos e ações (p. 14).

O obscurantismo na colônia se estendeu por séculos, principalmente devido aos meios de comunicação rudimentares disponíveis na época e ao fato de que, como já citado anteriormente, somente era permitido que se entrassem no país livros e materiais impressos submetidos à censura da Coroa Portuguesa, fato que gerou uma estagnação também dos métodos educativos. Perpetuou-se, assim, a ignorância do povo da colônia.

⁸ HALLEWELL (1985); RIZZINI (1977); SODRE (1966); VILLALTA (2002); MORAES (1979); CAVALCANTI (2004).

⁹ Técnica de gravação utilizando-se uma chapa de cobre ou outros metais como alumínio, aço, ferro ou latão amarelo. As ferramentas mais comuns usadas para gravar uma imagem ou texto na matriz são a ponta seca e o buril (ARAÚJO, 1986).

¹⁰ cf. HOLANDA (1989, p. 87).

¹¹ MACARTNEY, George (1793). *Journal of a voyage from London to Cochin China*, 11th July 1792-15th July 1793. Londres, Wellcome Historical Medical Library.

3 Vinda da Família Real para o Brasil: a Imprensa Régia

A mudança da Família Real para o Brasil e consequente instalação do governo português no Rio de Janeiro, em 1808, trouxe também todo quadro do aparelho estatal daquele país, além de nobres, comerciantes ricos, a alta hierarquia civil, religiosa e militar, aristocratas e profissionais liberais, artesãos qualificados, servidores públicos, juizes de tribunais superiores, dentre outros, totalizando cerca de 15 mil pessoas. Dentro de um dos navios, foram trazidos 60 mil volumes entre livros e outras publicações, além de uma tipografia completa, que havia sido destinada à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (BERGER, 1984).

Costa (2009) relata que Antônio de Araújo de Azevedo (futuro conde da Barca) fora ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal, desde 1804. Na precipitação da fuga, Azevedo, com a ajuda fundamental de seu funcionário de confiança, Cristiano Müller, mandou que colocasse no porão do “Medusa” – navio em péssimo estado de conservação no qual ele próprio viajaria – o material gráfico adquirido da Inglaterra, para a Secretaria da qual era titular, e também sua valiosa biblioteca pessoal.

No Rio de Janeiro a montagem do equipamento foi feita no pavimento térreo da residência do Conde da Barca, casa nº 44, na Rua do Passeio, onde foi inaugurada¹².

Em 13 de maio de 1808, o príncipe regente, D. João VI, autoriza oficialmente a criação da Imprensa Régia, uma “filial” da editora homônima existente em Lisboa, com publicação de um decreto¹³ (Figura 1) impresso pelo próprio maquinário instalado:

Tendo-Me constado, que os Prélos, que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra, e Attendendo a necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a Caza, onde elles se estabelecêrão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo, e administração a mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra o tenha assim entendido, e procurara dar ao emprego da Officina a maior extensão, e lhe dará todas as Instrucções, e Ordens necessarias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Maio de mil oitocentos e oito. Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE, N. S. Regist. Na Impressão Regia (*sic*) (COSTA, 2001-2002, v. I, p. 517).

Na ocasião da estreia da nova tipografia, foi publicado também um folheto de 27 páginas, com 295mm de altura, em tipos equivalentes a 14 pontos contendo uma “Relação dos despachos publicados na corte pelo expediente da secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra (Imagem 1)”.

¹² Mais tarde foi transferida para a Rua dos Barbons, atualmente Evaristo da Veiga, esquina da Rua das Marrecas. Em 1809 a tipografia retornou à Rua do Passeio, sendo transferida para a Academia de Belas Artes e, a seguir, para o prédio da Cadeia Velha. Posteriormente a Imprensa Oficial foi alocada em um prédio na Rua 13 de maio, à época chamada Rua Velha Guarda, permanecendo até 1940. Em 15 de setembro de 1911, um gincêndio destruiu a maior parte das suas instalações, arquivos, publicações raras e o acervo de sua biblioteca. Em 27 de dezembro de 1940, houve uma mudança para um novo prédio, na Avenida Rodrigues Alves: a última sede no Rio de Janeiro, antes de ser transferida para Brasília, a nova capital do país, em 1960. Fonte: <http://portal.in.gov.br/imprensa/menu/a-imprensa-nacional> (acesso em 20 de julho de 2020).

¹³ Hallewell (1985) aponta que “dois meses mais tarde, em 26 de julho, o decreto foi emendado por uma declaração de que uma das principais razões para a criação da Imprensa fora auxiliar a expansão da educação pública” (p. 36).

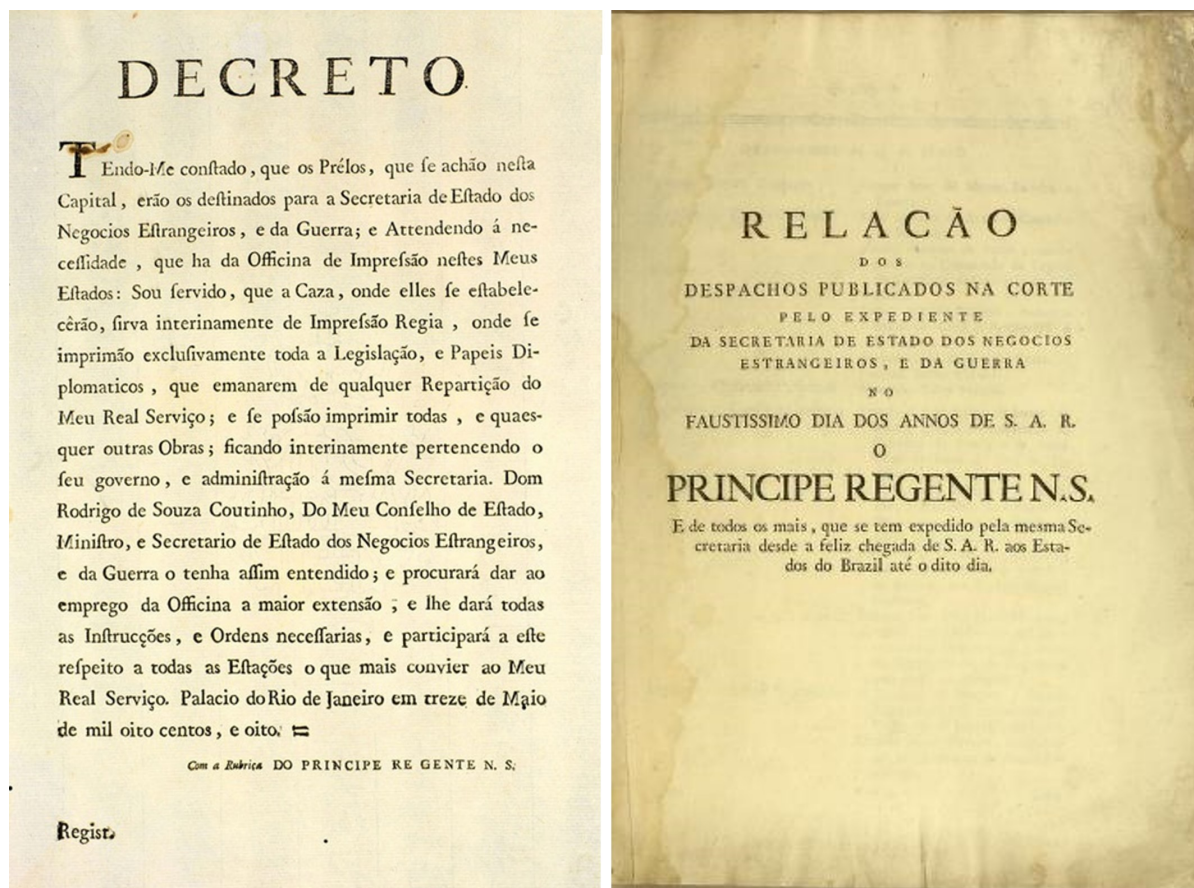


Figura 1: Decreto de 13 de maio de 1808 e capa do folheto
Fonte: Biblioteca Nacional Digital¹⁴

O primeiro jornal brasileiro, denominado *Correio Braziliense*¹⁵, periódico mensal impresso em Londres, em português, apresentou aos leitores a novidade utilizando palavras do jornalista Hipólito da Costa com relação à criação da Imprensa Régia: “Tarde, desgraçadamente, tarde: mas enfim aparecem tipos no Brasil; e eu de todo o meu coração dou os meus parabéns aos meus compatriotas Brasienses” (SEMERARO, 1979, p. 8).

Subordinada à Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, a Imprensa Régia tinha como função imprimir exclusivamente papéis ministeriais e diplomáticos do real serviço, incluindo-se não só os documentos de todas as repartições governamentais, mas também obras de particulares, além de produzir e fazer circular a primeira folha institucional impressa no Brasil: *A Gazeta do Rio de Janeiro*¹⁶ (Figura 2).

¹⁴ <https://bndigital.bn.gov.br> (Acesso em 20 de julho de 2020).

¹⁵ Tendo funcionado de 1808 a 1822, o *Correio Braziliense* foi o mais completo órgão informativo da imprensa brasileira no período, tendo deixado impressos 29 volumes (CAMARGO & MORAES, 1993).

¹⁶ O jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro* contava com duas edições por semana, sendo posteriormente ampliada para três vezes por semana. Composta por quatro páginas, a assinatura semestral custava \$800 réis, e o número avulso \$80 réis (SODRÉ, 1998; CAMARGO & MORAES, 1993). Eram publicadas também várias edições extraordinárias, totalizando em 1808, 32 números regulares e 19 extraordinários (SILVA, 2007).



Figura 2: Primeira página do primeiro jornal impresso no Brasil: a Gazeta do Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1808.

Fonte: Arquivo Nacional

Em 1813, foi publicado também um periódico independente, financiado por assinantes, denominado *O Patriota*, que circulou até dezembro de 1814. Com edições mensais, foi o primeiro jornal a publicar assuntos variados, como artigos literários, científicos, políticos e mercantis (KURY, 2007).

Com relação à *liberdade de imprensa*, citada por Hipólito (LIMA, 1977), era ainda atribuição da Junta Administrativa da Imprensa Régia “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar para que nada se imprimisse contra a religião, a moral e os bons costumes” (SODRÉ, 1998, p. 41). Mais uma vez destacamos a importância dos Jornais Manuscritos, que foram peça importante no modo de fazer política e disseminar posicionamentos contrários à ordem vigente, como ideais abolicionistas.

A partir da fundação da Imprensa Real foram criados também os primeiros cursos de nível técnico e superior como a Academia de Belas Artes, Academia da Marinha, Academia Real Militar, Escola anatômico-cirúrgica e médica e a Escola real de Ciências Artes e ofícios. Em Salvador são criados os cursos de Cirurgia, Economia, Agricultura, Química e Desenho técnico. Esse fato atraiu muitos intelectuais e estrangeiros, alavancando grandes mudanças também no ensino (RIBEIRO, 2010).

Quanto à qualidade do material produzido, Moraes (2005) expõe sua admiração pela capacidade dos tipógrafos da Imprensa Régia de produzirem panfletos e livros de admirável beleza

tipográfica, dada a escassez de recursos. Infelizmente, com o passar do tempo, apesar da fabricação de um novo prelo de madeira no Rio de Janeiro e compras progressivas de maquinários da Inglaterra e dos Estados Unidos, a demanda de serviços se tornou muito maior que a capacidade da oficina. Fazia-se comum que serviços fossem deixados incompletos, ou mesmo nem publicados. Evidenciavam-se pressões políticas e religiosas na disputa pelo privilégio de ter seu texto impresso, o que diminuiu drasticamente a qualidade dos trabalhos tão elogiados por Moraes. Os preços, principalmente do papel, também aumentaram substancialmente, sendo mais vantajoso imprimir em Lisboa que no Brasil.

Durante o ano 1809 houve um decréscimo do número de publicações de *A Gazeta do Rio de Janeiro*: foram somente 18 números extraordinários. O periódico atinha-se a publicar exclusivamente documentos oficiais, notícias dos nobres europeus e elogios à família real. Todo texto do jornal passava previamente por um processo de revisão devido à Censura Prévia.

Ainda em meio ao processo de instalação da Família Real no Brasil foi criada em 1810 a Biblioteca Real, que dispunha de aproximadamente 60 mil volumes trazidos de Portugal. O impacto provocou aumento significativo do número de livrarias, que saltou de duas para quinze¹⁷, em seis anos (gráfico 1).

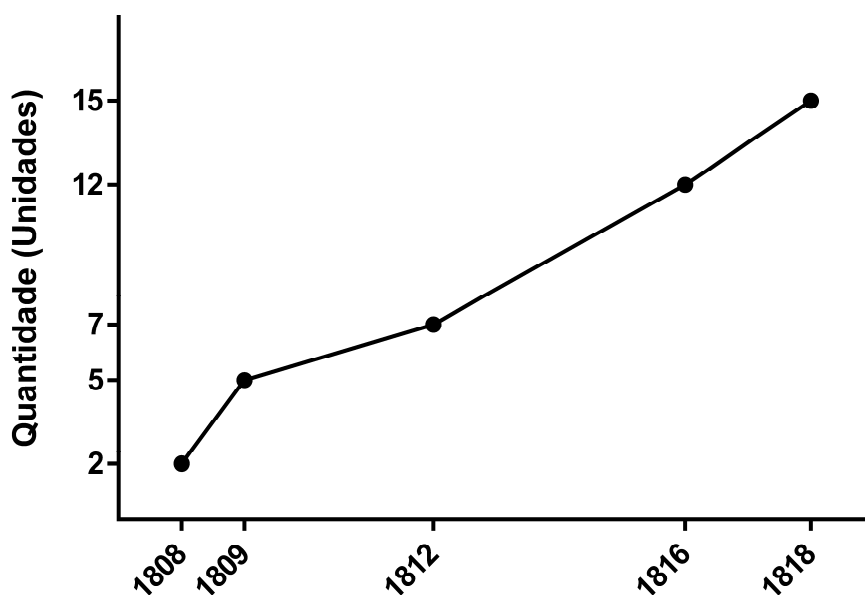


Gráfico 1: Curva de crescimento de livrarias¹⁸ no Brasil entre os anos 1808 e 1818.

Ramos (2011) destaca que apesar das grandes mudanças implementadas por D. João VI ao ensino brasileiro, todas atenderam somente à elite e tiveram como objetivo formar uma casta dirigente brasileira. Com a partida de D. João VI para Portugal, em 1821, D. Pedro I, seu filho, assume como regente, dando início ao Primeiro Reinado.

Ainda no ano de 1823, em decorrência da deliberação das Cortes Constitucionais de Lisboa, a Censura Prévia é extinta em defesa das liberdades públicas. Os anos seguintes testemunhariam a abdicação de D. Pedro I em 1831, o chamado Período regencial (1831 a 1840), e a devida coroação de D. Pedro II, dando início ao Segundo Reinado, em 1840.

¹⁷ De duas livrarias existentes em 1808 (de Paulo Martim e Manuel Jorge da Silva) tem-se um aumento para cinco em 1809 (sendo os proprietários Francisco Luiz Saturnino da Veiga, Manuel Mandillo); sete em 1812 (além das anteriores, a de Manuel Joaquim da Silva Porto); doze em 1816 (acrescentaram-se as livrarias de Fernando José Pinheiro, Jerônimo Gonçalves Guimarães, Francisco José Nicolau Mandillo, João Batista dos Santos), e quinze em 1818 (livrarias de Antônio Joaquim da Silva Garcez, João Lopes de Oliveira Guimarães e Manuel Monteiro Trindade Coelho) (HALLEWELL, 1985).

Mesmo após a permissão para que impressões fossem feitas, publicações manuscritas continuaram a ser produzidas e eram um meio de comunicação fundamental para disseminação de opiniões públicas. Morel (2002) menciona em suas pesquisas os *Papéis Incendiários*, juntamente com manuscritos de todos os tipos, que tomavam a cena pública entre os anos 1820 e 1840:

A proliferação de manifestações como papéis chamados de incendiários, além de vozes, gritos e gestos nas ruas da capital do Império (Rio de Janeiro) nas décadas de 1820-1830, marca uma série de transformações e também permanências dos espaços públicos na polis. Da mesma forma, a sala do Teatro, na Corte, aparece como cena desta teatralização da política, em meio a tais expressões manuscritas, verbais e gestuais (que permanecem após a consolidação da imprensa periódica). Em geral elas continham aquilo que não podia ser impresso (ou mesmo falado) dentro dos limites vigentes e, ainda, permitiam envolver setores mais amplos do que o público habitualmente leitor ou redator (p. 39).

Mais à frente, nos tempos de maior exaltação da campanha republicana (1870-1878 e 1886-1889), surgem dezenas de jornais de partidos mantidos por militantes. Sodré (1998) reproduz as palavras do francês Max Leclerc, quando descreveu o cenário da época:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade, a empregar sua influência na orientação da opinião pública. [...] Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apoia está em evidência ou é temível (*sic*) (p. 252).

Da mesma forma, aconteceu nas províncias a expansão exponencial das tipografias, causando mudanças significativas nos atos comunicacionais desse mundo que se transformava.

4 Atividade editorial no Rio de Janeiro

A extinção da censura prévia pela Constituição Política do Império do Brasil, em 1824, não foi fator impeditivo para que o imperador fizesse uso de outras prerrogativas em perseguição àqueles que o atacavam nos jornais.

O Conservatório Nacional fazia o controle das iniciativas de artistas e intelectuais, cerceando a liberdade de expressão em nome da dimensão moral e com a justificativa de “melhorar a qualidade das peças apresentadas ao público”.

Com relação ao mercado livreiro, a cidade do Rio de Janeiro contou com um florescer editorial nas décadas de 1870 a 1880. Com permissão para instalação de prelos particulares, surgiram muitos estabelecimentos que vendiam, editavam e fabricavam livros, principalmente didáticos. Como exemplo, podemos citar a “Nova Officina Typographica”, “Typographia de Moreira e Garcez”, “Officina de Silva Porto e Cia.”, “Officina dos Anais Fluminenses” do escritor Victoriano José dos Santos, “Typographia Astréia”, “Torres e Costa”.

O aumento do número de tipografias resultou, conseqüentemente, na expansão de livrarias no local, totalizando-se onze até 1823. A partir do ano 1824, novos proprietários vieram a se destacar no meio, como Francisco de Paula Brito (1831), Pierre Plancher, Louis Mongie (1832), Garnier Frères (1844), Lombaerts e seu filho Henri Gustave Lombaerts (1848), Jean Baptiste George Leuzinger

(1852), irmãos e Francisco Alves d'Oliveira (1854), Serafim José Alves (1863), Eduard e A. J. Ribeiro dos Santos (1871) e Heinrich Laemmert (1893).

No final do século XIX, destacaram-se também a Editora Pimenta de Mello e a Livraria Moderna, a principal editora no campo da literatura nos anos 1890.

5 Atividade editorial em São Paulo

No início do século XIX, São Paulo e Paraná formavam uma única província, composta por menos de 25 mil habitantes¹⁹ (HALLEWELL, 1985; SETUBAL, 2004; DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1930).

Em 1827, a cidade de São Paulo foi escolhida para abrigar uma das duas escolas de direito do Brasil Império, e a vida estudantil acabou por transformar o local. Motivado pela novidade, José da Costa Carvalho, juiz, jornalista e magistrado brasileiro, conseguiu comprar no exterior uma impressora, e contratar um tipógrafo (também vindo do exterior), para operá-la.

O primeiro periódico impresso em São Paulo chamava-se *O Correio Paulistano* (Figura 3) e trazia notícias internacionais e da província, notas da Corte, além de comentários dos editores, que abordavam reflexões de caráter moral a respeito da democracia, liberdade e direitos do povo.



Figura 3: Primeira página do jornal brasileiro “O Correio Paulistano”.

Fonte: Arquivo Nacional

¹⁹ Em 1855, São Paulo contava apenas 25 mil habitantes, enquanto o Rio de Janeiro passava dos 250 mil e mais de 80 mil habitavam em Salvador e Recife (SETUBAL, 2004).

Livros começaram a ser impressos, sendo publicado, em 1836, *Questões sobre presas marítimas*, de José Maria de Avelar Brotero. Em 1849, *Rosas e Goivos*, do então estudante José Bonifácio e, em 1852, *Cantos da Solidão*, de Bernardo Guimarães.

Na cidade existiam apenas três tipografias²⁰, sendo esse número ampliado para seis, em 1860, com a “Typographia de Lei”, “Typographia Americana” e tipografia “Henrique Schroeder”, e com livrarias²¹, o número aumentou de três para cinco empreendimentos entre os anos 1860 e 1870, com a abertura da “Casa Garraux” (1860), filial da Garnier do Rio de Janeiro, e a “Grande Livraria Paulista”, em 1876.

Até o ano 1893, São Paulo viria a crescer consideravelmente devido à imigração italiana e a forte migração nordestina causada pela fuga da seca. Uma província relativamente pequena, salta de 25 mil para mais de 192 mil habitantes, em um período menor que 70 anos, igualando-se ao Rio de Janeiro na passagem do século.

Um fato importantíssimo que favoreceu a atividade editorial no país, e consequentemente a economia paulista, foi a instalação de fábricas de papel, que viriam a diminuir os custos de importação desse insumo. Em 1890, Antônio Proost Rodvalho, que já possuía vários empreendimentos em outros segmentos, funda a “Cia. Melhoramentos de São Paulo”, que atuava inicialmente na fabricação de papel, vindo a entrar para o ramo de venda e edição livros nas primeiras décadas do século XX.

6 Primeiras tipografias e editoras nas províncias

Conforme já citado anteriormente, Villa Rica (que posteriormente viria a se tornar Ouro Preto), já havia experimentado a satisfação de produzir um livro impresso. Apesar de o padre Joaquim José Viegas de Menezes ter profundo conhecimento sobre a técnica utilizada, denominada calcogravura, o equipamento apropriado para que se desse andamento a novas publicações de textos consistia em um prelo.

Associado ao português Manuel José Barbosa Pimenta e Sal, o padre deu início à construção de uma prensa, que ao ficar pronta em 1821, deu origem à Typographia Patriota de Barbosa & Cia (SANTOS, 1938). Os primeiros livros ali impressos foram uma coleção das Leis do Império do Brasil, em 1835 e o Dicionário da Língua Brasileira, de Luís Maria da Silva Pinto, em 1832. Novas tipografias surgiram também em São João Del Rei, em 1827, no ano seguinte em Diamantina e em Mariana, no ano de 1830 (HALLEWELL, 1985).

Na Bahia, ao saber da notícia da implantação da Impressão Real no Rio de Janeiro, Manuel Antônio da Silva Serva, um livreiro de Salvador, solicitou à coroa autorização para buscar, na Inglaterra, um maquinário tipográfico. A permissão foi concedida em 1809, sendo que as impressões só se iniciaram no ano de 1811. Com o falecimento de Serva, a produção literária baiana entrou em declínio, e a prensa ficou a cargo de seu sócio e de José Teixeira e Carvalho, seu genro. Na colônia, o empreendimento ficou conhecido como “Typographia da Viúva Serva e Carvalho”, com impressão de 176 títulos até 1846.

A partir de 1890, novos editores e livrarias destacaram-se no meio, como a “Livraria J. L. da Fonseca Magalhães Editores”, de Clovis Bevilacqua (1895 a 1910) e a “Livraria Catilina”, de Carlos Pongetti (1835 a 1960), que publicou²² obras de Castro Alves, Coelho Neto, Ruy Barbosa, Xavier Marques e Ernesto Carneiro Ribeiro.

No Maranhão, uma das províncias mais prósperas do império devido ao cultivo de algodão, a impressão foi introduzida em 1821, pelo governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. O prelo oficial foi instalado na “Typographia Nacional Maranhense”, e era destinado à produção do jornal do governo, o “Conciliador do Maranhão”. A partir do ano de 1822 foram instaladas também tipografias

²⁰ “Typographia Liberal” de Azevedo Marques, “Typographia Dous de Dezembro” e “Typographia Litteraria” (SEMERARO, 1979).

²¹ Livrarias “Fernandes de Souza”, “Gravesnes” e “Torres de Oliveira” (SEMERARO, 1979).

²² Grande parte das impressões eram feitas em Portugal ou outros países da Europa, como era de costume na época (HALLEWELL, 1985).

particulares, destacando-se a de Ricardo Antônio Rodrigues de Araújo, a “Typographia Melandiana”, de Daniel G. de Melo (1825), a “Typographia Constitucional”, de Clementino José Lisboa (1830), a “Typographia Monárquica Constitucional”, comprada em 1848 por Fábio Alexandrino de Carvalho Reis e seus sócios, produzindo posteriormente, em 1847, primeiro jornal diário do Maranhão denominado *O Progresso*.

Dentre os vários tipógrafos maranhenses que se destacaram, obteve grande reconhecimento Belarmino de Mattos, considerado o Didot²³ Maranhense. Além da excelente qualidade técnica de seus impressos, Mattos foi responsável pela criação, em 1857, da Associação Tipográfica Maranhense, com o objetivo de defender os impressores que sofriam censuras e perseguições da sociedade “endinheirada” e política da época (LOPES, 1959).

Em Pernambuco foi fundada, em 1817, a “Oficina Tipográfica da República restaurada de Pernambuco”, fechada em pouco tempo pelo governo, por questões políticas. Em 1820, Luís do Rego Barreto, então governador, autorizou a construção de uma prensa de modelo tradicional, conhecida como “prensa parafuso”. Jean-Paul Adour, francês, foi incumbido de dirigi-la.

Ainda em Pernambuco, foi fundada mais uma casa tipográfica por Manuel Clemente do Rego Cavalcante e seus sócios, com um equipamento de Portugal. Alguns anos mais tarde outras duas tipografias foram implantadas, destacando-se a Typographia Fidedigna, de Manuel Zeferino dos Santos e a Typographia do Cruzeiro, responsável pela impressão de *O Cruzeiro: jornal político, literário e mercantil*.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cultura Material e a Cultura da Impressão podem ser importantes pontos de partida no entendimento dos movimentos de construção e estabelecimento de sociedades. O livro, na forma como é conhecido no século XXI, é resultado de diversos processos e técnicas que nascem a partir da evolução da escrita sobre suportes variados, em que se buscavam guardar informações para difundilas.

Há um simbolismo na palavra impressa e seu domínio tem relação direta com a ampliação das possibilidades do processo comunicacional. Mesmo que o objeto livro seja materialmente o mesmo que há cinco séculos e, apesar de o desenvolvimento tecnológico ter favorecido sobremaneira sua popularização, uma revisão do contexto ao qual o Brasil esteve permeado no momento de sua colonização constitui ferramenta de pesquisa de outros campos como história do design gráfico, os estudos sobre memória coletiva e a cultura visual.

O estudo nos permite concluir que os processos de publicação no Brasil estiveram atrelados a interesses variados, condicionantes históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas que abrangem proibição, censura, resistência e transgressão. Os primórdios do percurso editorial brasileiro compõem um retrato multifacetado dos desafios que a atividade editorial, especialmente do livro, enfrentou para se estabelecer, e esse olhar nos direciona para compreensão do lugar ao qual chegamos, e ao qual denominamos contemporâneo.

Editorial activity in Brazil: beginnings of typographic activity and circulation of prints in the country

Abstract: After just over two centuries in which the implantation of the first typography in Brazil was definitively authorized, this article brings a historical rescue of the paths permeated by the first typographic houses and bookstores, from Colony to the end of the 19th century. The investigation is based on bibliographic research, whose objective is to understand processes and ruptures that have

²³ Sobrenome de famosos impressores e editores franceses, todos da mesma família, sendo reconhecidamente os melhores impressores da época (ROCHA, 2013).

finally made it possible to consolidate editorial activity in Brazil. The attempt to insert printed material in the Portuguese Colony, especially books, carries a strong political, economic and social burden. A privilege for some people for more than 300 years, the Crown was concerned that the dissemination of texts against the current order, instituting strict control through the Previous Censorship. The proliferation of manuscript journals became the strategy, whose dissemination of texts concerned authorities at all levels. The printed titles to which they had access were imported from other countries and, to a large extent, smuggled. The study allows us to conclude that the publishing processes in Brazil were linked to varied interests, historical, social, cultural, economic and political conditions. The beginnings of the Brazilian editorial path comprise a multifaceted portrait of the challenges that the editorial activity faced to establish itself.

Keywords: Editorial activity in Brazil; Typography in Brazil; Royal Press.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Emanuel. **A Construção do Livro: Princípios da Técnica de Editoração**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro:1986.
- BARBOSA, Marialva (Org.). **Os manuscritos do Brasil: uma rede de textos no longo século XIX**. EDUFF. Rio de Janeiro, 2017.
- BERGER, Paulo. **A tipografia no Rio de Janeiro: Impressores bibliográficos 1808-1900**. Cia. Industrial de Papel Pirahy. Rio de Janeiro, 1984.
- BRASIL. Decisão n. 51, de 28 de agosto de 1821. **Sobre a liberdade de imprensa**. Coleção das decisões do Governo do Brasil. Rio de Janeiro: 1889.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro: (1808-1822)**. Edusp/ Kosmos, 2vols. São Paulo: 1993.
- CARVALHO, A. de. **Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908**. Typographia do Jornal do Recife. Recife:1908.
- CAVALCANTI, N. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Zahar Editor. Rio de Janeiro: 2004.
- COSTA, H. J. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. Edição fac-similar. Imprensa Oficial do Estado. São Paulo: 2001-2002.
- COSTA, H. M. P. da. O protestantismo no Brasil: aspectos jurídicos, culturais e sociais de sua implantação, in: **Ciências da Religião – História e Sociedade**. v.7, p. 90-115, n.1. Editora Revistas Mackenzie. São Paulo: 2009.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil: 1872-1920**. Rio de Janeiro: (187?) – 1930.
- FARIAS, Priscila; BRAGA, M. da Costa (Orgs). **Dez ensaios sobre Memória Gráfica**. Editora Blucher. São Paulo: 2018.
- FLUSSER, Vilém. **The Shape of Things: a Philosophy of Design**. Reaktion Books. London: 1999.
- FONTOURA, Antônio Matiniano. **O livro do livro**. Editora Gramofone. Curitiba: 2007.
- GOMES, Laurentino. **1808 – Como uma rainha loca um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. Editora Planeta. São Paulo: 2011.
- GONÇALVES, Jayci de M. Madeira. **IBGE: um retrato histórico**. Memória Institucional 5. Rio de Janeiro: 1995.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. EDUSP. São Paulo: 1985.

- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. José Olympio, 21. ed. Rio de Janeiro: 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. IBGE. Rio de Janeiro: 2000.
- KURY, Lorelai (org.). **Iluminismo e Império no Brasil: 'O Patriota' (1813-1814)**. Editora Fiocruz/Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: 2007.
- LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa, org. **Antologia do Correio Braziliense**. Cátedra. Brasília: 1977.
- LOPES, Antonio. **História da imprensa no Maranhão**. DASP. Rio de Janeiro: 1959.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. Ática. São Paulo: 1996.
- McLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg**. Editora Nacional. São Paulo: 1977.
- MORAES, R. B. de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. São Paulo: 1979.
- MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. Briquet de Lemos/Casa da Palavra. Brasília, 2005.
- MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. In: **Topoi 4 - Revista de História da UFRJ**, pp. 39-58. Rio de Janeiro: 2002.
- ONG, W. J. **Orality and literacy: The technologizing of the word**. London: Methuen, 1982.
- PAIVA, Ana Paula Matias. **A Aventura do Livro Experimental**. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2010.
- PLAZA, Julio. **O livro como forma de arte**. Arte em São Paulo. São Paulo: 1982.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Autores Associados, 21ª edição. Campinas: 2010.
- RIZZINI, C. **O jornalismo antes da tipografia**. Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1977.
- RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822 com um breve estudo geral sobre a informação**. Editora Imprensa Oficial. São Paulo: 1988.
- ROCHA, Cláudio. **A letra impressa**. SENAI. São Paulo: 2013.
- ROMANCINI, Richard. A Querela da Imprensa: conflitos regionais e institucionais na construção da história. In: **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**. FCRB; UFF-PPGCOM; UFF-LIHED. Rio de Janeiro: 2004. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/trabalhos4.shtml [acesso em 17 de julho de 2020].
- SANTOS, Francisco Marques dos. **José Joaquim Viegas de Menezes**. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: 1938.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Autores Associados. Campinas: 2010.
- SEMERARO, Claudia Marino; AYROSA, Christiane: **História da tipografia no Brasil**. Museu de Arte de São Paulo. São Paulo: 1979
- SETUBAL, Maria Alice. **A Formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra**. Imprensa Oficial de SP. São Paulo: 2004
- SILVA, M. B. N. da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade**. Eduerj. Rio de Janeiro: 2007.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Editora Mauad. Rio de Janeiro: 1998.
- TAUNAY, A. **De Brasíliae rebus pluribus: o primeiro livro impresso no Brasil**. Anais do Museu Paulista. São Paulo: 1936.
- TOFFLER, Alvin. **The Third Wave**. Bantam Books. New York: 1991.

VILLALTA, L. C. Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil Colonial. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. Edusp, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp. São Paulo: 2002.